



7º Encontro Internacional de Política Social
14º Encontro Nacional de Política Social
Contrarreformas ou Revolução:
respostas ao capitalismo em crise
Vitória (ES, Brasil), 03- a 06 de junho de 2019

Eixo: 9 - Serviço social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Formação e Trabalho Profissional: o Projeto Ético-Político em contexto de Contrarreformas.

Resumo:

A conjuntura brasileira contemporânea sinaliza a intensificação da luta de classes através das estratégias dos setores dominantes na garantia do processo de acumulação em direção dos superlucros no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas sob o ideário neoliberal de um lado, e de outro, o agravamento da questão social e das formas de luta e sobrevivência da população. Esta configuração da realidade social, reatualiza traços conservadores da sociedade brasileira e das formas de dominação e exploração da classe trabalhadora. A criminalização dos movimentos sociais, a perda dos direitos e o desmonte da democracia. É esse cenário que tem desafiado o Serviço Social na defesa da qualidade da formação e do exercício profissional em contexto de contrarreformas.

Palavras-chave: Contrarreformas; Educação; Serviço Social; Formação Profissional; Projeto ético-político.

Training and Professional Work: the Ethical-Political Project in the context of Counter-reforms.

Abstract:

The contemporary Brazilian conjuncture signals the intensification of the class struggle through the strategies of the dominant sectors in guaranteeing the process of accumulation towards the superlucros in the present stage of development of the productive forces under the neoliberal ideology on the one hand, and on the other, the aggravation of the society and ways of fighting and surviving the population. This configuration of the social reality, reactualizes conservative traits of Brazilian society and the forms of domination and exploitation of the working class. The criminalization of social movements, the loss of rights and the dismantling of democracy. It is this scenario that has challenged Social Work in defense of the quality of training and professional practice in the context of counterreforms.

Keywords: Counter-reforms; Education; Social Work; Professional qualification; Ethical-political project.

Introdução

As estratégias ético-políticas do Serviço Social na contemporaneidade, sinaliza o acúmulo da categoria enquanto coletivo ao longo do processo histórico de renovação do Serviço Social que se iniciou na década de 1960 e culminou na de 1990, com a construção de uma profissão organicamente vinculada com a luta da classe trabalhadora, procurando fortalecer, enquanto coletivo, a busca pela consolidação de projetos societários mais humanos, democráticos e solidários, contra a desigualdade social, a exploração de classes e a lógica perversa do capital.

Podemos destacar como estratégias ético-políticas, àquelas construídas coletivamente pela profissão em defesa da formação e do exercício profissional de qualidade, embasado através da lei de regulamentação da profissão 8.662 e o código de ética profissional, ambos de 1993. Mais especificadamente no campo da formação profissional, encontramos as Diretrizes Curriculares de 1996, a Política Nacional de Estágio (PNE) de 2010, a resolução CFESS n.º. 533 de 2008 que regulamenta a supervisão direta de estágio.

Nesta direção também temos todo o acervo e acúmulo teórico-metodológico no campo do Serviço Social que além de denunciar as desigualdades sociais e as mazelas da questão social, também marca o compromisso da profissão com a luta de classes através da construção de respostas críticas e propositivas alicerçadas no conhecimento qualificado a respeito da realidade social na qual é matéria de intervenção profissional e tendo como norte o compromisso ético-político com a classe trabalhadora.

A organização política e coletiva da profissão através de apoio e participação dos movimentos sociais, realização de eventos, congressos e seminários, também compõe as formas que a profissão tem se articulado em defesa do projeto ético-político profissional.

Os avanços sinalizados a partir do Movimento de Reconceituação, conforme ficou reconhecido pela categoria o contexto histórico de busca de renovação do Serviço Social e, que foi radicalmente debatido por profissionais, estudantes e demais estudiosos da área, principalmente pelos setores de vanguarda do Serviço Social¹, marca a busca por superação com o Serviço Social tradicional e com o conservadorismo historicamente arraigado na formação e no exercício profissional, materializado sobretudo através do sincretismo e ecletismo teórico (SOARES, 2007). Fenômeno esse que ganha força no cenário político, social e cultural na contemporaneidade a partir das teorias consideradas pós-modernas.

Esse movimento histórico do Serviço Social brasileiro, representa a busca pela criação de respostas que vão de encontro com os princípios ético-políticos construídos coletivamente; e que na contemporaneidade encontram-se ameaçados diante do processo de reestruturação produtiva e seus rebatimentos na totalidade da vida social.

1 Para maiores aprofundamentos, consulte as obras indicadas nas referências, que abordam o processo de constituição e desenvolvimento da profissão nos marcos do capitalismo monopolista e a busca pela superação com a identidade atribuída e com o Serviço Social tradicional a partir do Movimento de reconceituação: Paulo Netto (2008); Paulo Netto (2011); Paulo Netto (2014); Yamamoto (2007); Yamamoto e Carvalho (2005); Castro (2011); Martinelli (2007), entre outros.

Princípios e valores estes, que contraditoriamente, refletem a forma de resistência dos Assistentes Sociais frente a barbárie do capital e sua lógica perversa de acumulação que precariza direitos, desumaniza as relações sociais e autoriza o extermínio da população, em nome da acumulação capitalista e do fetichismo da mercadoria.

Essas breves considerações apontam alguns elementos para análise dos desafios (im)postos para a profissão na contemporaneidade na busca pela consolidação do seu projeto profissional que procuraremos retratar ao longo desse trabalho. E, ao mesmo tempo, (re)afirma o caráter sempre atual e necessário da temática da formação e do estágio supervisionado nos debates da categoria nos diferentes espaços sócio-ocupacionais e acadêmicos onde se insere a profissão. Afinal, conforme nos coloca Iamamoto (2008), o tempo presente é a matéria do Serviço Social.

Uma profissão somente poderá resistir ao longo do tempo se capaz de criar respostas críticas e propositivas de acordo com o seu estatuto profissional e se estiver atrelada organicamente a realidade social, fazendo uma leitura crítica das suas determinações conjunturais e estruturais, procurando romper com as visões fragmentadas, a-históricas, conservadoras e minimalistas e dessa forma, contribuir para a efetivação dos direitos sociais e a luta pela emancipação humana.

Afirmamos assim, que as formas de respostas da profissão as expressões da questão social, estão atreladas a sua própria constituição e reprodução no mundo do trabalho, enquanto especialização do trabalho coletivo, materializado na divisão sociotécnica do trabalho coletivo.

Essa natureza da profissão, sua forma de ser, permite elucidar que sua reprodução no mundo do trabalho, se insere no antagonismo de classes e nas contradições sociedade capitalista, que ao mesmo tempo cria formas de resistências e de luta em defesa dos interesses da classe trabalhadora, mas contraditoriamente, também reforça a lógica da sociedade capitalista vigente no mesmo processo.

Esta percepção do real permite não somente vincular o Serviço Social com os tempos atuais, como também permite visualizar os reais limites e possibilidades, a partir de uma visão crítica dos seus profissionais a partir de referenciais teóricos que realizam uma crítica radical as determinações do capitalismo e das mudanças do mundo do trabalho.

É a partir dessa análise, que abordaremos alguns elementos em relação aos avanços do Serviço Social em defesa da formação e do exercício profissional de

qualidade e como esses avanços dialogam com o tempo presente, enquanto uma forma de resposta coletiva da categoria, em tempos de barbárie do capital sob a égide do capital financeiro e suas particularidades no cenário brasileiro frente a atual conjuntura do país, sinalizado por contrarreformas que vão de encontro aos interesses do capital.

Contrarreformas estas que tem mobilizado a categoria na defesa do seu projeto profissional, e dos avanços conquistados, que encontram-se ameaçados frente ao atual processo de reestruturação produtiva sob o ideário neoliberal que tem transformado direito em mercadoria.

1. Contrarreformas do capital e suas particularidades brasileiras: alguns elementos do cenário atual

Os marcos legais da construção dos direitos sociais no Brasil são oriundos da conjuntura política e econômica da década de 1980, com a constituição de 1988, produto histórico do processo de redemocratização do país. É neste período que se tem a construção das políticas públicas e sociais, enquanto forma de resposta do Estado frente ao agravamento da questão social. Naquela época, as ações do Estado tinham dois objetivos: apresentar respostas ao agravamento da questão social e deter os movimentos sociais e ao mesmo tempo, liberar renda da população para o consumo e consequentemente, contribuir para a inserção do país no contexto global do capital.

Partimos desse contexto histórico para visualizar que as transformações ocorridas no mundo do trabalho e nos padrões de acumulação capitalista vão apresentar limites e possibilidades para a profissão na concretização da práxis profissional. A crise do padrão de acumulação fordista/keynesiano, em meados da década de 1970, levou o país, a reordenar a relação entre o público e o privado, interferindo nas relações de forças entre as classes sociais. Essa alteração das forças políticas no cenário mundial é produto dos acordos com organismos multilaterais internacionais, que começaram a intervir nas economias procurando expandir o padrão de acumulação em escala global.

As transformações no mundo do trabalho vem acompanhadas de profundas mudanças na esfera do Estado, consubstanciadas na Reforma do Estado, exigida pelas “políticas de ajuste”, tal como recomendadas pelo Consenso de Washigton. Em função da crise fiscal do Estado em contexto recessivo, são reduzidas as possibilidades de financiamento dos serviços públicos; ao mesmo tempo, preceitua-se o “enxugamento” dos gastos governamentais, segundo os parâmetros neoliberais. (IAMAMOTO, 2008, p. 34)

A autora aponta elementos fundamentais para compreendermos as atuais configurações do processo de reestruturação do capital e de reordenamento das forças produtivas e das lutas sociais no cenário mundial, orientadas pelo padrão de acumulação toyotista, de flexibilização do processo produtivo e do trabalho, com o emprego de tecnologia de ponta atrelado a grandes investimentos do capital financeiro. Sendo este último alimentado pelo capital produtivo, que tem colocado novas determinações no mundo do trabalho. Essas transformações societárias tem contraditoriamente, reatualizado velhas expressões da questão social, que aparecem nas aparências do fenômeno social com novas configurações.

A dinâmica societária específica dessa ordem não só põe e repõe os corolários da exploração que a constitui medularmente: a cada novo estágio do seu desenvolvimento ela instaura expressões sócio-humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é sua razão de ser. (PAULO NETTO, 2011, p.160)

O contexto das contrarreformas políticas e econômicas do Estado, principalmente a partir da década de 1990, está orientado pelo ideário neoliberal, onde ocorre o desmonte dos direitos, que historicamente, se concretizaram no Brasil através das políticas sociais e públicas, como um dos importantes instrumentos de viabilização do acesso à população aos mínimos sociais para a garantia da subsistência e de reprodução da força de trabalho.

Historicamente, o Estado de Bem-Estar social – apesar de não ter concretizado em sua plenitude no cenário brasileiro, conforme nos sinaliza Yamamoto (2008), elas tiveram um importante papel no processo de acumulação capitalista e na reprodução do capital, ao viabilizar mesmo que indiretamente renda para a população trabalhadora, liberando-a para o consumo em massa.

Para os economistas neoliberais, os gastos governamentais com políticas sociais e públicas, sobrecarregam o Estado, que passa garantir o mínimo social, a partir da nova lógica vigente, principalmente a partir da década de 1990, evitando o custo social da produção e direcionando suas ações aos interesses de capital e ao padrão de acumulação capitalista.

Esta forma de pensamento hegemônico na sociedade, acaba se difundindo em grande parte da parcela da população, levando a maioria da classe trabalhadora a defender os interesses do capital, em um processo de alienação e estranhamento, que faz acreditar no livre comércio e na iniciativa do mercado enquanto regulador das relações

de produção, desvinculando as expressões da questão social a lógica destrutiva do capital.

Desemprego, violência, desigualdade social, assim como outras formas de expressão da questão social é naturalizada. A visão de totalidade em relação as suas expressões são fragmentadas pelo pensamento dominante, ao contrário do que é preconizado pelo Serviço Social, onde “entendemos que as manifestações concretas e imediatas da ‘questão social’ tem como contraface a lei geral da acumulação capitalista”. (PASTORINI, 2007, p. 97).

Particularmente nas últimas décadas a sociedade contemporânea vem presenciando profundas transformações, tanto nas formas de materialidade quanto na esfera da subjetividade, dadas as complexas relações entre essas formas de ser e existir da sociabilidade humana. A crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressão, têm acarretado, entre tantas conseqüências, profundas mutações no interior do mundo do trabalho. Dentre elas podemos inicialmente mencionar o enorme desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital. (ANTUNES, 2000, p. 15)

Na lógica capitalista, a questão social passa a ser vista como um conjunto de problemas sociais, desistoricizando e despolitizando-a ao transformá-la em um problema de ordem moral e individual. Ou seja, com a naturalização da desigualdade social, do desemprego e conseqüentemente da pobreza, o sucesso e o fracasso de cada indivíduo é de sua responsabilidade, caindo na falácia do discurso meritocrático do capitalismo.

A pulverização da questão social, típica da ótica liberal, resulta numa autonomização e suas múltiplas expressões – as várias “questões sociais” – em detrimento da perspectiva de unidade. Impede assim de resgatar a origem da questão social imanente à organização social capitalista, o que não elide a necessidade de apreender as múltiplas expressões e formas concretas que assume. (IAMAMOTO, 2001, p. 18)

Dessa forma, o atual processo de acumulação capitalista, centrado no capital financeiro, cuja lógica imperante é a especulação financeira e bancária, tem procurado ocultar suas mazelas e principalmente o traço histórico, ontológico da contradição da relação capital/trabalho: o trabalho no capitalismo no mesmo processo que produz

riqueza que é concentrada pelo capital, também produz na contraface, as possibilidades históricas e materiais para sua superação.

[...] para além desta natureza universal, comum a todas as organizações sociais, o trabalho também é historicizado. Ou seja, necessita ser situado sob determinada formação social. No interior do capitalismo, aquela natureza universal do trabalho que serve à satisfação das necessidades humanas é subsumida ao seu caráter abstrato, social geral, no qual o trabalho é transformado em mercadoria e medido pelo seu tempo de duração. Não importa mais o caráter útil do trabalho que produz valores de uso, mas sua propriedade de produtor de valores de troca. (ARAÚJO, 2008, p. 11)

Este discurso ideopolítico sustentada por economistas neoliberais, tem preconizado o fim da sociedade do trabalho e das teorias macrossociais de compreensão dos fenômenos sociais e das possibilidades de transformação social, entre elas o pensamento marxista, que analisa a sociedade capitalista, a partir da ontologia da categoria trabalho e da sua relação antagônica com o capital, expressão máxima da luta de classes enquanto processo histórico contraditório e inerente a este sistema.

O marxismo não somente explica o surgimento e desenvolvimento da sociedade capitalista a partir da luta de classes e da transformação das relações sociais de produção, mas aprofunda a compreensão da categoria trabalho em sua totalidade histórica e ontológica, enquanto atividade emancipatória do homem e suas particularidades no capitalismo, enquanto instrumento de exploração e reificação do homem.

O modo de produção especificamente capitalista é, portanto, um processo de relações sociais entre classes, no interior do qual o potencial de trabalho, única mercadoria pertencente à classe trabalhadora, desenvolve sua específica e peculiar propriedade de produtora e reprodutora do valor. (ARAÚJO, 2008, p. 13)

As transformações societárias contemporâneas atravessam toda as dimensões da vida social: se alicerça no campo econômico pela reestruturação produtiva de base científica e tecnológica, baseado no modelo japonês, com a consequente racionalização do trabalho e das relações sociais de produção em sua totalidade. No campo social presencia-se o domínio do pensamento neoliberal de enxugamento do Estado e a transferência das responsabilidades para a sociedade civil e das iniciativas privadas, mercantilizando e capitalizando as ações de solidariedade social.

Ao mesmo tempo, no campo político, desmantela os direitos sociais, fragmenta e fragiliza as organizações da classe trabalhadora. Já na dimensão da cultura, avança as teorias pós-modernas que buscam explicar os fenômenos sociais de formas pulverizadas, fragmentadas e negando os processos sociais macroeconômicos e a luta de classe.

No Serviço Social, as críticas pós-modernas, sustentam análises simplificadas da realidade social, muitas vezes, procurando um convívio “harmônico” com a matriz teórica hegemônica da profissão. O discurso parte da justificativa da complexidade da realidade social e a necessidade de teorias que dão conta da sua análise, procurando dessa forma, camuflar o ecletismo presente na categoria e, perde de vista, categorias marxistas ontológicas de compreensão da realidade social²: totalidade, as mediações históricas e o próprio processo dialético de compreensão dos fenômenos sociais.

O fio condutor das críticas pós-modernas ao marxismo é de ordem epistemológica: realiza-se uma drástica eliminação do seu acervo ontocategorial, remetendo a crítica ao “paradigma” marxista, como se esta fosse a sua totalidade. (SANTOS, 2007, 99)

Esse contexto sociopolítico, econômico e cultural em que ocorrem as contrarreformas no atual estágio de reestruturação produtiva apresentam diversos desafios para a defesa dos direitos sociais da população e das conquistas da categoria a partir da década de 1980. Analisaremos a seguir, como essas configurações no mundo do trabalho tem rebatido na formação profissional na contemporaneidade na perspectiva da contrarreforma do Estado e como a profissão tem apresentado respostas e resistido enquanto categoria.

2. A educação no contexto das contrarreformas: desafios e resistências na formação profissional em Serviço Social

O processo histórico de construção da democracia brasileira é um terreno arenoso e nunca conseguiu se concretizar em sua plenitude. Um olhar atento para a formação sócio-histórica do país, percebemos que desde o processo de colonização, a

2 Não aprofundaremos a questão da mediação em Serviço Social, para maior aprofundamento, consultar: PONTES, R. N. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

constituição do Estado em suas diversas formas, desde a monarquia até o período republicano, não se deu através da participação popular.

Uma breve análise, nos permite, visualizar que, desde a proclamada independência, esteve permeada por interesses econômicos da classe dominante, diante da necessidade de expansão do capital e abertura das economias consideradas periféricas aos interesses do grande capital, em desenvolver o comércio e a lógica de mercado. É importante não negarmos a luta de classes, sendo que os movimentos sociais esteve sempre presentes nesses momentos.

Uma característica recorrente da República Brasileira é o permanente desafio referente à consolidação da democracia. Na verdade, a prática da democracia no Brasil e a plena realização da cidadania apresentam-se como um enigma histórico a ser decifrado, pois a tradição do País tem sido marcada por dois tipos de movimentos: o primeiro refere-se à facilidade com que experiências democráticas são interrompidas e/ou descaracterizadas no decorrer do período republicano; o segundo relaciona-se à permanência residual e paradoxal de práticas políticas autoritárias em conjunturas de exercício político da democracia. (DELGADO, 2016, p. 36)

Conforme nos coloca a autora, o processo democrático brasileiro, apresenta diversos desafios para sua construção e efetivação, sendo que muitas vezes, processos democráticos tem sido interrompidos e instaurados processos autoritários, procurando atender determinados interesses econômicos.

O jogo político é fruto das correlações de forças do cenário nacional e internacional, devendo dessa forma, ser analisado a partir da luta de classes dentro do contexto do processo de reestruturação produtiva. Diante das contradições e antagonismos de classes, é fundamental não perder de vista, que esses processos tem permitido alguns avanços em determinado momento e retrocessos em outro para a classe trabalhadora a partir das contradições da ordem societária burguesa, permitindo que em determinados momentos alguns interesses da classe trabalhadora fossem conquistados a partir da sua luta através dos movimentos sociais e de setores democráticos presente na sociedade.

O atual contexto político tem mudado a correlação de forças no cenário brasileiro, utilizando do aspecto da legalidade do Estado para deslegitimar a democracia. Observa-se a radicalização da questão social frente a crise política e econômica do país, o desmonte dos direitos sociais e do Estado democrático de direitos, a legalização do discurso de ódio, o aumento da violência e o ataque aos direitos humanos fundamentais.

Assistimos à criminalização dos movimentos sociais nos vários estados, com repressão contínua aos lutadores, fortalecida com a aprovação da lei antiterror, sancionada em 2016 pela presidente Dilma Rousseff, um poderoso instrumento de criminalização dos movimentos sociais e ampliada no governo golpista de direita em curso no país sob a presidência ilegítima de Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). As lutas de resistência da classe trabalhadora e da juventude com greves, mobilizações de rua, ocupação de terras, fábricas e escolas têm sido intensa no processo contra a exploração econômica, dominação política e opressão social de classe, gênero, raça, etnia, geracional e de orientação sexual. (ABRAMIDES, 2017, p. 367)

Esse breve recorte, simboliza a conjuntura contemporânea, onde fortalece traços conservadores da nossa sociedade, com o aumento da criminalidade e da violência, se sobressai as relações clientelistas e paternalistas em detrimento dos direitos sociais. O discurso de ódio passa a ser naturalizado e disseminado contra as minorias sociais, a criminalização da pobreza como alternativa a radicalização da questão social e da desigualdade social. Precarização das relações de trabalho, permitindo formas de trabalho desumanas, análogas à escravidão, o aumento do trabalho informal e o desmonte dos direitos trabalhistas e previdenciários.

Resultado do processo de reestruturação produtiva e a necessidade do capital de garantir superlucros através da intensificação da exploração da força de trabalho, essas determinações do mundo do trabalho, se insere dentro da perspectiva defendida pelos setores dominantes de contrarreforma do Estado, simbolizando o ônus do processo produtivo, onde este passa a ser desresponsabilizado, e as expressões da questão social individualizada e naturalizada. Reforça-se o discurso ideológico em relação a pobreza, coexistindo os diversos estereótipos historicamente construídos:

A noção de pobreza já foi representada por vários estereótipos sociais [...] nos anos 1950, a pobreza foi construída em torno da imagem do Jeca Tatu – preguiçoso, indolente, sem ambição; nos anos de 1960, a imagem da pobreza passou a ser representada pela figura do malandro, aquele que não trabalha, mas vive espertamente, sendo objeto do desprezo e da indiferença. (IAMAMOTO, 2008, p. 42)

A contrarreforma é difundida pelos pensadores neoliberais como necessária e a alternativa viável frente a produtiva e do Estado. O custo da produção é transferida para a classe trabalhadora, atingindo as diversas esferas dos direitos sociais: saúde, educação, previdência, assistência, direitos trabalhistas, entre outros. Essas transformações ocorridas no mundo do trabalho tem desafiado os Assistentes Sociais na defesa do seu projeto profissional em defesa da formação e do exercício profissional

comprometido com a defesa intransigente dos direitos sociais e da emancipação humana.

No campo da educação, presenciamos o avanço da reestruturação do capital, ao transformar direitos sociais em mercadorias através da esfera da prestação de serviços. O aumento do ensino privado na modalidade presencial e à distância, na esfera pública presenciamos os constantes cortes de verbas nas universidades estatais, em relação ao financiamento das pesquisas científicas, a falta de reposição dos quadros de docentes, e a conseqüente intensificação do trabalho dos que estão em exercício. A falta de incentivo a permanência estudantil. Com a mercantilização do ensino, ocorre o aumento do número de estagiários que passam a concorrer os campos de estágio.

As políticas de produtivismo científico e acadêmico, aliado ao aumento do número de orientandos. Este cenário, tem contribuído para o adoecimento do profissional docente, o que tem sido retratado através de pesquisas realizadas nas diversas áreas, entre elas, no Serviço Social.

O propósito foi o de compatibilizar o ensino superior com os ditames da financeirização da economia, fazendo com que as descobertas científicas e o seu emprego na produção se tornem meios de obtenção de lucros excedentes isso que justifica a orientação de submeter à universidade aos interesses empresariais (IAMAMOTO, 2008, p. 433).

Os avanços da profissão a partir da década de 1980, com o movimento de reconceituação, configuram estratégias ético-políticas frente a esse cenário contraditório de perda de garantias sociais. Em defesa da qualidade do exercício profissional, vale ressaltar a lei de regulamentação da profissão e o código de ética, ambos datam de 1993. Atualmente o conjunto CFESS/CRESS tem criado diversas normativas em defesa do exercício profissional de qualidade e da sua fiscalização.

Destaca-se a construção coletiva pela categoria das diretrizes curriculares de 1996, com o protagonismo da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS e demais órgãos representativos, que busca construir um perfil para a formação profissional em todo território nacional, através da articulação entre teoria e realidade social através de uma nova lógica curricular que procura a superação da fragmentação de conteúdo através dos núcleos de fundamentação. O referencial norteador das diretrizes curriculares, é a matriz teórica marxista que permite:

[...] desvelar e enfrentar a crise do capital e nela as diversas formas de precarização das relações e condições de trabalho, flexibilização dos direitos

e focalização das políticas sociais, que, como parte da mesma racionalidade se expressam e condicionam a formação e exercício profissional. (GUERRA, 2010, p. 715).

A partir dessa perspectiva, o estágio supervisionado passa a ocupar o lugar de vanguarda nos debates e produções científicas no Serviço Social, na defesa da qualidade da formação profissional e na articulação entre teoria e prática, diante da inerente dimensão interventiva da profissão. Enquanto espaço de construção da identidade profissional, da autonomia e das competências profissionais, torna-se necessária a preservação das suas prerrogativas conforme preconizadas pelas diretrizes curriculares, a Política Nacional de Estágio – PNE e da resolução CFESS 533 de 2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio. De acordo com a PNE o estágio supervisionado enquanto processo pedagógico:

[...] que se consubstancia em atividade teórico-prática, efetivada por meio da inserção supervisionada do estudante nos espaços sócio-institucionais nos quais trabalham os/as assistentes sociais, capacitando-o/a nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o exercício profissional. Tal processo impulsiona o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao exercício profissional, bem como a construção do perfil profissional pretendido (crítico, criativo, propositivo, investigativo), comprometido com os valores e princípios que norteiam o projeto ético-político profissional. (ABEPSS, 2010).

Apesar dos avanços identificados, é necessário criar novas estratégias em defesa da formação profissional em tempos de contrarreforma do Estado, que tem significado o desmonte dos direitos sociais e, entre eles, da educação pública, laica, universal e de qualidade. Os desafios estão postos, é necessário resistir e avançar na construção de alternativas ético-políticas em defesa do projeto profissional construído coletivamente pela categoria frente ao aligeiramento do ensino, sua mercantilização e precarização.

Entre outras alternativas, acreditamos que a defesa do norte colocado pelas diretrizes curriculares da ABEPSS pelas Unidades de Formação Acadêmica – UFA's e das demais normativas construídas pela categoria são fundamentais como forma de defesa da qualidade da formação profissional. A construção de espaços de debate e do desenvolvimento do senso crítico através de fóruns e eventos, procurando agregar o maior número de sujeitos da categoria. Também o fortalecimento do Serviço Social enquanto coletivo e da formação continuada, procurando incentivar a capacitação

permanente e a articulação política contra a defasagem da formação profissional frente as contrarreformas do ensino superior.

Considerações Finais

As contrarreformas ocorridas no seio do Estado brasileiro tem sido expressão das necessidades do capital no seu atual processo de reestruturação produtiva. Defendida pelos setores dominante da sociedade, alicerçado aos interesses do capital internacional, tem sido justificado por pensadores e economistas neoliberais, significando a redução dos custos sociais da produção, as políticas orientadas pelo ideário neoliberal, tem transferido o ônus do processo produtivo para a classe trabalhadora, radicalizando a questão social: intensificando o processo de exploração, com o aumento da desigualdade social e das expressões da questão social.

Esse contexto tem apresentado grandes desafios para o Serviço Social para a defesa da formação e do exercício profissional de qualidade. Através do desmonte dos direitos sociais e entre eles, a educação pública, universal e de qualidade. Na política educacional, particularmente no ensino superior, observa-se a mercantilização do ensino, o aligeiramento da formação profissional cada vez mais instrumental, a intensificação e conseqüente adoecimento do docente.

Frente a este cenário, o Serviço Social tem procurado resistir na defesa das prerrogativas profissionais através de construção de instrumentos ético-legais, em consonância com o projeto ético-político construído coletivamente pela categoria. Como ressaltamos, no âmbito do exercício profissional, temos a aprovação da lei de regulamentação da profissão, o código de ética ambos de 1993 e demais normativas fomentadas pelo conjunto CFESS/CRESS. Já no campo da formação profissional, a ABEPSS é protagonista da construção das diretrizes curriculares, da Política Nacional de Estágio – PNE. Também destacamos a resolução CFESS que regulamenta a supervisão direta de estágio. Esta última procurando defender a qualidade do estágio supervisionado e sua centralidade na formação profissional em Serviço Social.

É necessário preservar esses avanços e construir novas alternativas de enfrentamento do real e de defesa dos princípios e prerrogativas profissionais, frente a ofensiva do capital. Afinal a realidade não está dada, ela é um constante de vir, que apresenta contradições que permitem criar estratégias de enfrentamento do real e de fortalecimento da luta da classe trabalhadora. Acreditamos na necessidade de defesa da

formação profissional continuada, procurando fortalecer a categoria enquanto coletivo, trazendo os segmentos da categoria para os espaços de discussão e do incentivo da capacitação crítica.

Referências

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio em Serviço Social**. Brasília, DF, 2010.

ABRAMIDES, M. B. C. Lutas sociais e desafios da classe trabalhadora: reafirmar o projeto profissional do serviço social brasileiro. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 366-386, maio/ago. 2017.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ARAÚJO, N. M. S. O Serviço Social como trabalho: alguns apontamentos sobre o debate. **Serviço Social & Sociedade**. Editora Cortez. n. 93 – ano XXIX – março de 2008.

CASTRO, M. M. **História do serviço social na américa latina**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DELGADO, L. de A. N. Cidadania, democracia e direitos sociais: impasses e desafios em um século de história no Brasil. In: **Revista Direito das Relações Sociais e Trabalhistas**. Brasília, Volume 2, n. 2, 2016, p 36-67, jul-dez/2016. Disponível em: <publicacoes.udf.edu.br/index.php/exemplo1/article/download/59/121> Acesso em: 22 mar. 2019.

GUERRA, Y. A. D. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e da atuais configurações do ensino público, privado e a distancia. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 104, esp., p. 715-736, out./dez. 2010.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no Capitalismo. **Temporalis**, n. 03. Brasília: ABEPSS, 2001.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 14. ed. São Paulo, Cortez, 2008.

_____; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 18. ed. São Paulo: CELATS, 2005.

MARTINELLI, M. L. **Serviço social: identidade e alienação.** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PAULO NETTO, J. **Capitalismo monopolista e serviço social.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985).** São Paulo: Cortez, 2014.

PASTORINI, A. **A categoria “questão social” em debate.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PONTES, R. N. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, J. S. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2007. (coleção questões da nossa época, v. 132).

Anais do 7º Encontro Internacional de Política social e 14º Encontro Nacional de Política Social ISSN 2175-098X